SIND. DOS TRAB. EM ENTIDADES SINDICAIS DO ESTADO DE MG > FILIADO A FITES

SITESEMG informa

Nº 207 >> 27 DE AGOSTO DE 2019

NEGOCIAÇÃO GARANTE BOM ACORDO NO SITRAEMG

Negociação concluída no último dia 14 pelo Sitesemg garantiu reajuste superior à inflação no Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de MG – as diferenças serão pagas de forma retroativa a janeiro.

O Auxílio Alimentação, que não era reajustado desde 2017, passou a R$ 900 mensais. Cláusula que proíbe demissões imotivadas foi mantida, assim como a que prevê a ultratividade das normas – o que significa dizer que elas permanecem válidas até que um novo Acordo Coletivo de Trabalho seja assinado. Além disso, os demais direitos já assegurados aos trabalhadores foram preservados.

LIBERDADE PARA QUEM?

Medida Provisória aprovada na última semana aponta o tipo de relação que o atual governo quer manter com o mundo do trabalho

Aprovada na última quarta-feira (21), a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/19) – também chamada de minirreforma trabalhista – é um ataque frontal à regulação do trabalho no Brasil, seja do ponto de vista do direito trabalhista, seja da fiscalização – é o que especialistas no assunto têm dito.

A autorização que empresários pretendiam obter para obrigar funcionários a trabalharem aos domingos e feriados não passou – isso continua a depender de acordos e convenções coletivas. Já a permissão para que agências bancárias funcionem aos sábados foi aprovada, o que deve afetar os bancários.

CALOTE À VISTA

O texto também proíbe que bens de empresas de um mesmo grupo sejam responsabilizadas se uma delas acumular dívidas. E elimina a possibilidade de que o patrimônio dos sócios seja utilizado para quitar débitos trabalhistas.

"Sou contra associar a burocracia a tudo aquilo que diz respeito à regulação do trabalho, porque a regulação passa a ser sinônimo de um obstáculo que precisa ser eliminado, mas não é assim", afirmou à imprensa o professor Ruy Gomes Braga Neto, especialista em Sociologia do Trabalho, que leciona na Universidade de São Paulo (USP).

Ele explica que a MP foi "vendida" como uma maneira de fortalecer a livre iniciativa e o setor de serviços e, com isso, combater o desemprego. Na prática, porém, se trata de um ataque à proteção do trabalho e sinaliza para o tipo de relação que o atual governo pretende manter com os trabalhadores nos próximos anos.

É A **CONTRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA** QUE MANTÉM NOSSOS POSTOS DE TRABALHO.

E É ELA QUE SUSTENTA A NOSSA **LUTA POR DIREITOS**.

AUTORIZE O DESCONTO DA **TAXA DE FORTALECIMENTO** E CONTRIBUA PARA MANTER VIVO O SITESEMG.

QUEM TEM CONSCIÊNCIA, CONTRIBUI.